

DIÁRIO DA MANHÃ 04-05-83

PÁG. 07

Farmacêuticos protestam hoje

Porto Alegre — Faculdades de Farmácia do país deverão paralisar suas atividades por um dia hoje, em protesto ao projeto de lei, já aprovado no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, permitindo aos biomédicos a realização de análises clínicas-laboratoriais e a assinatura de seus laudos, atividade que os farmacêuticos reclamam como sendo de sua competência. Hoje o projeto de lei de autoria do senador José Lins (PDS) ingressa na Comissão de Saúde da Câmara Federal.

A Lei 6.686, de 11 de setembro de 1979, permite aos biomédicos e os que venham a concluir o curso de Ciências Biológicas até julho de 1983 a realização de análises clínicas-laboratoriais. O projeto de lei do senador José Lins elimina este limite de "julho de 1983", e é contra esta extinção que os farmacêuticos se opõem. "Não estamos propondo a extinção dos cursos que formam biomédicos", observou o presidente do Diretório Acadêmico de Farmácia da UFRGS, Milton Hassmann.

O presidente da Associação dos Farmacêuticos Químicos do Estado, Lenin Alves de Carvalho, explicou que os cursos formando biomédicos — cerca de 20 no país — surgiram para planejar e executar pesquisas na área paramédica e que, por problemas de mercado de trabalho, "começou a haver invasão" destes profissionais em outros setores, como os de análise. Disse que o próprio mercado para farmacêuticos está saturado e alegou que a atividade dos biomédicos em análises laboratoriais fere a lei de diretrizes e bases, que não permite a superposição de competências numa mesma área.

Já em Pelotas (a 255 km da capital) os 4 mil e 600 funcionários municipais decidiram prosseguir a greve, que já dura 28 dias, exigindo da prefeitura o pagamento dos seus salários, atrasados há quatro meses. O prefeito Bernardo de Souza (PMDB) manteve sua proposta inicial, de pagar, no dia 26 de cada mês, a partir de maio, os salários atrasados. Pela fórmula, o mês de janeiro seria pago em maio, o mês de fevereiro em junho, e assim por diante. A proposta não foi aceita pelos municipais que tiveram Assembléia ontem.